



**Frente
Parlamentar
da Química**

Manifesto pela manutenção do Regime Especial da Indústria Química

REIQ

Os parlamentares membros da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) foram surpreendidos pela imprensa com notícias sobre a possibilidade de extinção do REIQ.

O Regime Especial da Indústria Química (REIQ) foi instituído pela Lei nº 12.859, de 10 setembro de 2013, com o objetivo de garantir maior competitividade ao setor químico brasileiro por meio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração. Trata-se de uma medida de mitigação parcial do Custo Brasil no setor petroquímico que, estando no início da cadeia industrial, tem efeito positivo para toda a cadeia produtiva industrial brasileira.

O setor químico é altamente estratégico para a indústria nacional e foi considerado atividade essencial pelo Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020, o que possibilitou manter as operações e o fornecimento de insumos para a produção de itens fundamentais aos serviços de saúde e ao combate à Covid-19, como produtos para tratamento de água, produtos de limpeza, sanitizantes, gases medicinais, descartáveis hospitalares, detergentes/desinfetantes, medicamentos, produtos de higiene pessoal, cosméticos, entre tantos outros, que ficarão mais caros com a extinção do REIQ. Até mesmo itens do nosso dia a dia sofrerão reajuste: escovas de dentes, garrafas e tampas de bebidas, o saco plástico que preserva desde o papel higiênico ao arroz e o feijão, o chinelo de dedo, detergente para lavar louça, pentes para cabelos, e uma infinidade de produtos feitos a partir do plástico.

Um exemplo sensível são as máscaras cirúrgicas, compostas de prolipropileno, insumo incluído no Regime Especial. Outro exemplo são as seringas para vacinação.

O fim do REIQ representará um aumento de impostos para a cadeia química, que pode gerar retração de demanda da ordem de R\$ 2,2 bilhões, com consequentes recuos de R\$ 7,5 bilhões de produção, de R\$ 2,5 bilhões de valor adicionado e de 60 mil empregos.

A indústria química opera com um baixo nível de utilização da capacidade instalada, que foi de apenas 72% em 2020, os produtos importados representam 46% do mercado nacional e a situação pode ser agravada.

Em termos práticos, existe o risco de fechamento de inúmeras plantas fabris, desestímulo à continuidade das operações das empresas e impacto direto na manutenção de empregos e na competitividade da indústria.

Não é possível falar em extinção do REIQ e desconsiderar que ainda temos carência de medidas que promovam a redução do Custo Brasil, estimado pelo próprio governo em R\$ 1,3 trilhão; a realização de uma reforma tributária (PEC 45/2019), que altera o Sistema Tributário Nacional, considerada uma das prioridades do País, pois atende aos princípios de simplificação defendidos pela indústria; a aprovação do PL do Gás, além da solução das deficiências logísticas, entre outros fatores, que impõem uma estrutura de custos de produção não compatíveis com as praticadas no mercado internacional.

Os fatores que levaram à criação do REIQ em 2013 continuam válidos. Destacamos:

1. a necessidade de reverter o déficit da balança comercial brasileira do setor;
2. o cenário macroeconômico atual mantém a indústria química fortemente desafiada;
3. a indústria química norte-americana e de outros países, incluindo a Argentina, tem perspectivas de serem ainda mais favorecidas pelo abastecimento do *shale gas*, matéria-prima alternativa à nafta petroquímica brasileira, com preço muito inferior aos preços praticados no abastecimento local da indústria química brasileira. No Brasil o custo do gás natural, insumo usado pela indústria química como fonte de matéria-prima e energia, é três vezes maior do que nos Estados Unidos e Europa. As empresas brasileiras pagam entre 7 e 8 dólares por milhão de BTU, enquanto as norte-americanas e europeias pagam cerca de 2,6 dólares por milhão de BTU.

Desde a criação do REIQ, a redução do benefício foi progressiva, e entre 2018 e 2021, o benefício ao setor é de 3,65%. A retirada do REIQ inclui mais um componente de insegurança jurídica e de imprevisibilidade institucional, que trará consequências e impactos negativos na retomada do crescimento econômico do País.

Agir sem considerar todas essas questões é condenar à morte a indústria petroquímica brasileira.

A Frente Parlamentar da Química, representada neste documento pelos parlamentares que compõem sua Comissão Executiva, abaixo listados, manifestam-se contrários à extinção do REIQ, nessas condições. O Regime Especial da Indústria Química deve ser debatido somente no contexto da Reforma Tributária. Caso contrário, tal medida comprometerá a competitividade da Indústria Química nacional e trará impactos negativos à retomada do crescimento econômico do País, agravados neste momento de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

- | | |
|---------------------------|------------------------------|
| • Deputado Afonso Motta | • Deputado Jerônimo Goergen |
| • Deputado Alex Manente | • Deputado João Roma |
| • Deputado Arnaldo Jardim | • Deputada Lídice da Mata |
| • Deputado Bibó Nunes | • Deputado Lucas Redecker |
| • Deputado Daniel Almeida | • Deputado Marcos Pereira |
| • Deputado Daniel Coelho | • Deputado Orlando Silva |
| • Deputado Eduardo Cury | • Deputado Rodrigo Agostinho |
| • Deputado Evair de Melo | • Deputado Vitor Lippi |